



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150422 - MG (2021/0220336-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : RENAN ALÔNCIO DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : JAILSON COSTA SILVA - MG095864
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RENAN ALÔNCIO DE OLIVEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.113348-3/000).

O recorrente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. A custódia foi convertida em preventiva.

Sustenta, o insurgente, a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que em caso de condenação, fará jus à substituição da pena privativa em restritiva de direitos ou à fixação de regime inicial mais brando, o que demonstra que a segregação é desproporcional.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, deferindo-se a liberdade provisória e aplicando-se as medidas alternativas. No mérito, requer o provimento do recurso a fim de que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente